Classificação económica			Designação económica	Reforços ou inscrições (em contos)	
Capítulo	Grupo	Artigo			
15	09	15	Universidade do Porto:		
			Faculdade de Letras	37 161	
			Faculdade de Medicina	79 000	
			Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	27 000	
			Faculdade de Arquitectura	31 000	
			Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física	19 300	
			Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar	23 791	
			Faculdade de Belas-Artes	18 000	
			16	Universidade Técnica de Lisboa:	
			Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	18 000	
	19	Institutos politécnicos:			
	Instituto Politécnico de Beja	34 000			
	Instituto Politécnico de Bragança	78 226			
	Instituto Politécnico de Lisboa	38 500			
	Escola Superior de Educação de Lisboa	60 000			
20	Serviços de acção social do ensino superior:				
Serviços de Acção Social da Universidade do Minho	100 000				
Serviços de Acção Social da Universidade do Porto	67 730				
14	01	Mar:			
		Juntas autónomas dos portos:			
		Do Norte	85 000		
				5 006 811	

Direcção dos Serviços Gerais do Orçamento, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Dezembro de 1994. — Pela Directora, o Chefe da Divisão, *José Augusto Pereira Monteiro*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 177/95

de 4 de Março

O Decreto-Lei n.º 154/94, de 28 de Maio, regulamentado pela Portaria n.º 344/94, de 1 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 312/88, de 7 de Setembro, proibem a introdução no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, qualquer que seja a sua origem ou proveniência, designadamente da batata-semente da variedade *Kennebec*, originária do Canadá.

No entanto, existem de momento na União Europeia dificuldades em garantir o normal abastecimento do mercado relativamente a esta variedade de batata-semente.

A fim de ultrapassar essas dificuldades a Decisão da Comissão n.º 95/14/CE, de 27 de Janeiro de 1995, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades*, n.º L 21/18, de 28 de Janeiro de 1995, autoriza, durante um período determinado, a importação de batata-semente da variedade *Kennebec*, do Canadá.

Assim:

Do abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 154/94, de 28 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

1.º É autorizada a importação de batata-semente da variedade *Kennebec*, originária do Canadá, no período de 15 de Janeiro a 30 de Abril, último dia da entrada

no território nacional, desde que acompanhada de um certificado fitossanitário, emitido separadamente para cada remessa e donde conste que foram respeitadas as condições de produção preconizadas pela Decisão da Comissão n.º 95/14/CE, de 27 de Janeiro de 1995, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades*, n.º L 21/18, de 28 de Janeiro de 1995.

2.º Os operadores económicos interessados na importação de batata-semente devem participar ao Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola (CNPPA), do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar (IPPAA), os quantitativos a importar, a data provável da importação e os destinatários da batata.

3.º A batata só poderá ser introduzida no território nacional através dos portos de Leixões ou Aveiro, sendo sujeita a inspecção de acordo com a legislação em vigor, realizada por inspectores fitossanitários nacionais, os quais poderão ser assistidos por inspectores comunitários.

4.º De cada um dos lotes importados será retirada uma amostra representativa constituída por 200 tubérculos por cada 25 t, a qual será submetida a testes laboratoriais oficiais com vista à detecção da *Clavibacter michiganensis* ssp. *sepedonicus*, devendo os lotes ficar separados e sob controlo oficial até que seja concedida autorização oficial para comercialização ou utilização da batata.

5.º A autorização referida no número anterior só será concedida se o resultado da inspecção fitossanitária e dos testes oficiais efectuados revelar que a batata se encontra nas condições sanitárias exigidas pela legislação em vigor e que foram satisfeitas as exigências estipuladas no n.º 13.º

6.º A circulação, comercialização e plantação da batata-semente importada só é autorizada no interior do território nacional, com excepção da Região Autónoma dos Açores.

7.º Para efeitos da sua circulação e comercialização, a batata deverá ser acompanhada de passaporte fitossanitário, que será apostado à etiqueta de certificação. O passaporte fitossanitário será emitido pelo CNPPA, do IPPAA, e consistirá numa etiqueta autocolante devidamente identificada e donde conste o número de registo do importador.

8.º Os operadores económicos que comercializem esta batata ficam obrigados a fornecer aos serviços competentes das direcções regionais de agricultura os nomes e moradas dos respectivos compradores.

9.º Os armazéns, contentores, material de embalagem, veículos e todo o equipamento que esteve em contacto com a batata importada ao abrigo desta portaria, com excepção do usado pelo utilizador final, deverá ser limpo e desinfectado antes de ser posto novamente em contacto com batata de outra origem.

10.º Após a plantação e durante o período vegetativo, a cultura será submetida a inspecções oficiais.

11.º A batata produzida a partir de batata-semente importada ao abrigo da presente portaria deverá obedecer às seguintes regras:

- a) Não poderá ser certificada como batata-semente;
- b) Só poderá ser utilizada como batata para consumo e consumida no território nacional;
- c) A embalagem deverá ostentar o número de registo do produtor ou do centro de embalagem, bem como a seguinte frase: «Produzida a partir de batata de origem canadiana».

12.º O custo de cada passaporte fitossanitário emitido de acordo com o estipulado no n.º 7.º do presente diploma é o previsto no n.º 3.6 da tabela de preços anexa à Portaria n.º 686/94, de 22 de Julho.

13.º Por cada teste laboratorial efectuado de acordo com o previsto no n.º 4.º do presente diploma é atribuído, dada a sua complexidade, o conjunto de 7500 pontos, a que corresponde a quantia de 15 000\$,

de acordo com a tabela de preços referida no n.º 1.º da Portaria n.º 238/89, de 30 de Março.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 7 de Fevereiro de 1995.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 178/95

de 4 de Março

Manda o Governo, pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos alusiva aos «100 Anos do Carro Eléctrico e do Automóvel em Portugal», com as seguintes características:

Autor: Carlos Leitão;

Dimensão: 40 mm × 30,6 mm;

Picotado: 12 × 12 ½;

Impressor: INCM;

1.º dia de circulação — 8 de Março de 1995.

Taxas, motivos e quantidades:

90\$ — Eléctrico n.º 22 — 1895/Museu do Carro Eléctrico, Porto — 500 000;

130\$ — 1995 — Centenário do Automóvel em Portugal — Panhard & Levassor — 1 000 000.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 6 de Fevereiro de 1995.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.